

SA. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR

CNPJ 61.116.331/0001-86 - NIRE 35 300 052 315

Companhia Aberta de Capital Autorizado**Ata da Assembléia Geral Extraordinária Realizada no dia 5 de Março de 2004.**

I. Data, Hora e Local: Realizada no dia 5 de março de 2004, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Rua Joaquim Carlos, n.º 396, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **II. Convocação:** Editais de Convocação publicados no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 19, 20 e 21 de fevereiro de 2004, respectivamente, nas páginas 11, 53 e 18, e (ii) no DCI Comércio Indústria & Serviços, nas edições dos dias 19, 20 e 23 de fevereiro de 2004, respectivamente, nas páginas C3, C8 e C5. **III. Presenças:** Presentes os acionistas que esta subscrevem, representando mais de 2/3 do Capital Social com direito a voto, havendo, portanto, *quorum* para instalação e para deliberação das matérias constantes da ordem do dia, nos termos da legislação em vigor e do Estatuto Social da Companhia, bem como o Diretor de Relações com Investidores, o representante da Boucinhas & Campos e Soteconti Auditores Independentes, e os membros do Conselho Fiscal. **IV. Composição da Mesa:** Carlos Alberto Mansur – Presidente da Mesa; Carlos Roberto Fonseca - Secretário. **V. Ordem do Dia e Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade de votos, decidiram: **A. Item 1 da pauta** - Aprovar a revogação das deliberações constantes de Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 01.10.2001, no que se refere à emissão de 1.000 (mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais do Capital Social da Companhia, no montante de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), que não foram emitidas. Em consequência fica a Diretoria Executiva autorizada a tomar todas as providências que se fizerem necessárias em decorrência da deliberação dos senhores acionistas presentes. **B. Item 2 da pauta – 1. Aprovar a 3ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante (“3ª Emissão”), nas seguintes condições:**

1.1. Montante Total da 3ª Emissão: o montante total da 3ª Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo, o qual atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais), (ii) a 1ª e a 2ª emissões de debêntures da Companhia já venceram e foram inteiramente pagas; e o (iii) montante total da 3ª Emissão, na Data de Emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). **1.2. Séries:** a 3ª Emissão será realizada em 1 (uma) única série. **1.3. Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 1.000 (um mil) debêntures (“Debêntures”). **1.3.1.** Deverão ser colocadas, no mínimo, 600 (seiscentas) Debêntures, perfazendo o montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para que seja mantida a oferta, conforme artigo 30 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM nº 400/03”). **1.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) (“Valor Nominal”). **1.5. Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia flutuante. **1.6. Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de abril de 2004 (“Data de Emissão”). **1.7. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. **1.8. Tipo e Forma:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e terão a forma nominativa escritural. **1.9. Prazo e Vencimento:** o prazo das Debêntures é de 3 (três) anos, vencendo, portanto, em 01 de abril de 2007 (“Data de Vencimento”). **1.10. Amortização:** as Debêntures serão amortizadas conforme segue: (i) 20% (vinte por cento) de seu Valor Nominal será devido em **01 de abril de 2005**; (ii) 30% (trinta por cento) de seu Valor Nominal será devido em **01 de abril de 2006**; e (iii) o saldo remanescente de seu Valor Nominal será devido na Data de Vencimento, ou seja, em **01 de abril de 2007**. **1.11. Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, total ou parcialmente, por preço não superior ao seu Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. **1.12. Remuneração:** as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a serem pagos anualmente a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, e equivalentes a 110% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominada “Taxa DI *over* extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”) no Informativo Diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, doravante denominada “Taxa DI”. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Pagamento de Juros (definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser detalhada na Escritura de Emissão das Debêntures (“Escritura de Emissão”). Cada data de pagamento da Remuneração é definida como “Data de Pagamento de Remuneração”. **1.12.1.** O período de pagamento da Remuneração (“Período de Pagamento de Juros”) é, para o primeiro Período de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente. **1.13. Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”); (ii) na sede da Companhia, ou, (iii) pelo Banco Mandatário. **1.14. Prorrogação dos Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos,

ressalvados os pagamentos por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. **1.15. Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos: **(i)** não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento; **(ii)** pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia; **(iii)** liquidação ou decretação de falência da Companhia; **(iv)** protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor em conjunto ou isoladamente ultrapasse R\$.10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) desde a Data da Emissão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, se for cancelado, ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência; **(v)** vencimento antecipado de qualquer obrigação da Companhia decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor igual ou superior a R\$.10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo IGP-M desde a Data da Emissão, ou o equivalente em outras moedas; **(vi)** não cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação relevante não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Companhia, de notificação do respectivo inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário; e **(vii)** demais casos previstos em lei. **1.16. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado:** na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 1.15 acima, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia. **1.17. Multa e Juros Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: **(i)** multa não compensatória de 2% (dois por cento); **(ii)** juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; e, **(iii)** incidência da Remuneração, calculando *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia. **1.18. Decadência do Direito aos Acréscimos:** sem prejuízo do disposto no item 1.17 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **1.19. Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP, em regime de melhores esforços. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que a Instituição Líder, com expressa anuência da Emissora, organizará plano de distribuição, o qual poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, nos termos previstos no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 400/03. **1.19.1.** A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de distribuição pública pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto para os investidores. **1.19.2.** As Debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição pública serão canceladas pela Companhia. **1.20. Negociação:** as Debêntures serão registradas para negociação junto ao SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. **1.21. Destinação dos Recursos:** os recursos obtidos por meio da 3ª Emissão serão utilizados para capital de giro da Companhia. Caso haja distribuição parcial das Debêntures, sendo, portanto, captados recursos em montante inferior ao montante total ao mencionado no item 1.1. acima, a Emissora buscará os recursos faltantes no mercado financeiro. **1.22. Publicidade:** os anúncios de início e encerramento de distribuição das Debêntures e todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão, obrigatoriamente, veiculados, na forma de avisos, nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia para realização de suas publicações. **1.23. Fundo de Manutenção de Liquidez:** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures; **2. Item 3 da pauta - Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a distribuição pública das Debêntures, incluindo a prática dos atos necessários à assinatura da Escritura de Emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários para coordenar a colocação e a distribuição pública, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, da agência de classificação de risco (rating), e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da distribuição pública, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como para proceder ao registro dos documentos relativos à emissão, incluindo os de natureza societária, perante os órgãos competentes e ao registro da distribuição perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e o Conselho de Administração a deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59, da Lei 6.404/76, bem como, para cancelar o saldo de debêntures não colocadas. VI. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Assembléia, cuja ata lida e achada conforme, é assinada por todos os acionistas que constituíram o quorum necessário à validade das deliberações, tendo os senhores acionistas autorizado expressamente a publicação com omissão das suas assinaturas conforme facultado pelo artigo 130, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 5 de março de 2004. Carlos Alberto Mansur – Presidente, Carlos Roberto Fonseca – Secretário. A presente é cópia fiel do que se encontra transcrito em livro próprio. São Paulo, 05 de Março de 2004. Carlos Roberto Fonseca. Secretário. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro em 11 de março de 2004 sob o nº 115.480/04-3. **Roberto Muneratti Filho** – Secretário Geral.